

DIFRAÇÕES DE GÊNERO E TRADUÇÃO: RUMO A OUTRA CARTOGRAFIA DE SABERES SITUADOS

DIFRACCIONES DE GÉNERO Y TRADUCCIÓN: HACIA OTRA CARTOGRAFÍA DE SABERES SITUADOS

DIFFRACTIONS OF GENDER AND TRANSLATION: TOWARDS ANOTHER CARTOGRAPHY OF SITUATED KNOWLEDGE



Lola SÁNCHEZ

Professora

Universidade de Granada

Instituto Universitario de Investigación de Estudios das Mulheres e de Gênero

Departamento de Tradução e Interpretação

Granada, Veiga de Granada, Espanha

<https://imujer.ugr.es/instituto/organizacion/lola-sanchez>

<https://orcid.org/0000-0003-4109-2661>

osanchez@ugr.es

Traduzido por:

Leticia Pilger da SILVA

Pesquisadora autônoma

Curitiba, Paraná, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/3561056610688401>

<https://orcid.org/0000-0002-1999-7336>

leticiaspilger@gmail.com

1

Resumo: O fenômeno da tradução – entendido como uma prática sociodiscursiva, historicamente inscrita em relações de poder – participa de uma *violência epistêmica* através dos circuitos planetários que potencializam a circulação de certo pensamento feminista em detrimento de outros. Ao desvelar a existência de uma colonialidade do saber, o feminismo decolonial problematiza o corpus teórico, os cânones e genealogias ocidentais que reproduzem certos saberes e invisibilizam outros. Este trabalho examina as reflexões de algumas teóricas latino-americanas em torno da noção de *tráfico de teorias* e sua aposta para um *desengajamento epistemológico*. Essas *difrações* que alimentam a reflexão sobre o gênero permitem imaginar e construir outra cartografia que visibilize uma pluralidade de posicionamentos e de sujeitos sociais que vivem em realidades e configurações epistemológicas locais, disputando, assim, a assimetria dos diálogos feministas em escala mundial.

Palavras-chave: Tradução. Tráfico de teorias. Sujeito político do feminismo. Contragenealogias.

Resumen: El fenómeno de la traducción - entendido como una práctica sociodiscursiva, históricamente inscrito en relaciones de poder - participa de una violencia epistémica a través de los circuitos planetarios que potencian la circulación de cierto pensamiento feminista en detrimento de otros. Al desvelar la existencia de una colonialidad del saber, el feminismo decolonial problematiza el corpus teórico, los cánones y genealogías occidentales que reproducen ciertos saberes e invisibilizan otros. Este trabajo examina las reflexiones de algunas teóricas



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons* Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

latinoamericanas en torno a la noción de tráfico de teorías y su apuesta para un desenganche epistemológico. Estas difracciones que alimentan la reflexión sobre el género permiten imaginar y construir otra cartografía que visibilice una pluralidad de posicionamientos y de sujetos sociales encarnados en realidades y configuraciones epistémicas locales, disputándose así la asimetría de los diálogos feministas a escala mundial.

Palabras clave: Traducción. Tráfico de teorías. Sujeto político del feminismo. Contra genealogías.

Abstract: The phenomenon of translation – understood as a socio-discursive practice, historically inscribed in power relationships – participates in the epistemological violence through planetary circuits that potentialize the circulation of determined feminist thought disregarding others. By revealing the existence of knowledge coloniality, decolonial feminism problematizes the theoretical corpus, canons, and Western genealogies that reproduce some knowledge and hide others. This work aims at examining the perspectives of some Latin American theoreticians considering the notion of *theory traffic* and its purpose of epistemological disengage. These diffractions feed the reflections about gender, allow to imagine, and build another cartography that puts light on a plurality of perspectives and social subjects materialized in realities and local epistemic configurations, breaking then the asymmetry of the feminist dialogues on a worldwide scale.

Keywords: Translation. Theory traffic. Feminism's political subject. Counter genealogies.

DIFRAÇÕES DE GÊNERO E TRADUÇÃO: RUMO A OUTRA CARTOGRAFIA DE SABERES SITUADOS¹

2 A partir de correntes pós-coloniais e posicionamentos feministas, os trabalhos iniciais de autoras como a teórica cultural indiana² Tejaswini Niranjana (1992), ou a acadêmica estadunidense de origem indiana Gayatri Spivak (1992/2010³), manifestavam as conivências entre políticas coloniais e imperialistas e políticas de tradução. Junto de um sério questionamento da tradição ocidental homogeneizante que encaixa a todo custo textos estrangeiros em mapas de leituras dominantes, evidencia-se o papel fundamental da tradução como instrumento cultural e político de grande alcance ao serviço da construção de representações que excluem ou estigmatizam as culturas locais das antigas colônias, produzindo um/a *outro/a* funcional à reprodução das relações de poder colonial. De fato, a tradução entendida como uma prática e instituição social está imbrincada em outras práticas e instituições (editoriais, acadêmicas, econômicas, políticas) com as quais interage historicamente. Elas determinam fortemente a seleção, a produção e a distribuição de uma tradução e, como resultado, até mesmo as estratégias discursivas adotadas dentro de uma tradução (Wolf, 2012/2021). À medida que se produziu um discurso crítico acerca da tradução e sua implicação nas relações de poder-saber, colocou-se em evidência seu potencial de resistência à ordem discursiva pós-colonial, assumindo a necessidade de se analisar, tal e como expõe Sara Ahmed (1996, p. 143), “como o colonialismo se reconfigura pelo que se tem chamado descolonização: como as relações coloniais se mantêm como relações (discursivas e materiais) de antagonismos e resistência”.

É difícil, por isso, manter ainda a imagem aparentemente positiva da tradução como ponte entre culturas. Ao naturalizar um esquema de pensamento no qual não há tensão nem conflitos, oculta-se, sob um aparente humanismo, a *violência epistêmica*⁴, de certas políticas de tradução que privilegiam determinados circuitos de circulação de teoria em detrimento de outros. Esses fluxos, organizados principalmente em torno do tradicional eixo norte-sul, sustentam e, ao mesmo tempo, são efeito de determinadas políticas de conhecimento em que, como diz Maria do Mar Pereira (2014, p. 630) “os lugares, os países e os continentes têm status epistêmico”. Dessa forma, o fenômeno da tradução, historicamente inscrito em relações de poder, opera como um tipo particular de instituição cultural que participa do dispositivo que regula e configura a constituição de (novos) saberes e seus status (Sánchez, 2017).

Rumo à outra cartografia de saberes situados: desafios nas américas

Analisar o papel da tradução nas geopolíticas do conhecimento é, no entanto, uma tarefa de uma envergadura que necessita de pesquisas profundas e detalhadas. Elas deveriam atender não apenas aos contextos locais de produção e de recepção das traduções, mas também ao desenvolvimento, desde a década de 1980, de um capitalismo sem fronteira e seus tentáculos neoliberais na chamada era da globalização. Esse termo, de vocação neutralizante, oculta não apenas as desigualdades que governam os fluxos de conhecimento em escala planetária, nos quais a tradução desempenha um papel importante. Encobre também uma configuração em que o global e o local interagem constantemente, desfazendo fronteiras nacionais tanto para as pessoas como para os bens culturais. O desengajamento até a exploração da natureza multifacética e multifatorial do fenômeno da tradução em sua dimensão política está vindo do que a crítica cultural chilena Nelly Richard (2008, p. 30) denomina “as bordas inferiores de uma certa geografia do poder cultural”. Vistas a partir do centro, essas margens se apresentam como uma periferia geográfica. Porém, elas não são apenas territoriais, como também idiomáticas, acadêmicas, disciplinares e, sobretudo, epistêmicas. Entre esses territórios excêntricos está, sem dúvida, a América Latina. A efervescência social, intelectual e política que há décadas caracteriza essa região tem alentado discussões importantes sobre a hegemonia cultural anglo-norte-americana e europeia. Essa reflexão está, além disso, afetada por tensões e dissidências (Curiel, 2005) que sustentam certos debates feministas. Dessa forma, diante de um feminismo acadêmico também localmente hegemônico e do qual se denuncia a cumplicidade racista, classista e heterocentrada (Castillo, 2016; Curiel, 2007a, Espinoza Miñoso, 2009) se desvela a existência de uma *colonialidade do saber* (Lugones, 2011/2014).

Esse olhar decolonial problematiza o corpus teórico do feminismo, os cânones e genealogias ocidentais que reproduzem certos saberes e invisibilizam outros por meio de dispositivos sociais e culturais que organizam o trânsito de teoria no eixos Norte-Sul do continente e além. Trata-se, indubitavelmente, de uma contribuição decisiva para se pensar, de modo produtivo, os paradoxos do mundo pós-colonial em relação com a tradução, as viagens da teoria e seus efeitos na construção do pensamento feminista. Como argumentou, há alguns anos, a teórica cultural brasileira Claudia de Lima Costa (2000), são proporcionadas ferramentas analíticas que podem alterar as percepções de subalternidade, privilégio, trabalho intelectual e feminismo.

O vigor desses debates na América Latina precisa ser vinculado, a meu ver, com uma reflexão muito mais profunda sobre os efeitos das políticas de tradução. Como afirma Richard:

Falar de “tradução” é falar da série de apropriações, desapropriações e contra-apropriações que afetam os materiais teóricos colocados em circulação pelas redes internacionais e, também, da refuncionalização tática de certos ângulos do debate internacional que, em um contexto local, são chamados de modo inédito para deslocar e transformar as relações de saber que ocorrem entre o consolidado e o emergente. (Richard, 2005, p. 668)

4

Assim, é visível o desacordo com as proposições de um feminismo articulado em torno de um sujeito político, *nós, as mulheres*, com convocação de totalidade. Como resposta crítica ao feminismo dos estados-nações, o desenvolvimento de um feminismo transnacional aposta na consideração das diferenças entre mulheres como um ponto inevitável dos debates que gerem *outros saberes* (Vargas, 2005) resistentes aos gestos totalizantes do universalismo das correntes dominantes do feminismo ocidental. Por fim, parece existir uma consciência muito mais aguda nessa região sobre a necessidade cada vez mais urgente de forjar alianças transnacionais frente às novas realidades pós-coloniais. Promover a difusão, na Europa, da teorização feminista latino-americana faz parte, portanto, de uma estratégia destinada não apenas a confrontar o fluxo Norte-Sul da circulação dos textos feministas, como também reivindicar o pertencimento de suas propostas para um marco europeu no qual gênero, raça, classe ou sexualidade constituem também eixos de dominação que articulam diferenças sociais significativas, mas que se encontram, frequentemente, diluídas em uma *diversidade*, categoria funcional mobilizada para administrar e ocultar estruturas de desigualdade e neutralizar

histórias de antagonismos em “uma luta feminista que se afirma como mundial, e que ignora os efeitos do colonialismo e do imperialismo na vida das mulheres” (Navaz, Rosalva, Hernández, 2008, p. 15).

Os trabalhos latino-americanos que motivam aqui minha reflexão constituem um pensamento aberto a diversos tipos de interpretações e não podem ser reduzidos a um único eixo de análise. De todos os debates que permitem abrir, quero apontar três aspectos que merecem ser repensados na discussão de tradução e feminismo: contexto e enunciação *situada* à luz da noção de *tráfico de teorias*, representação do sujeito político do feminismo e políticas de contra-memórias genealógicas.

Consciência crítica e tráfico de teorias

Desde os anos noventa e a virada cultural que afeta os Estudos da Tradução, assume-se que “a tradução é uma atividade sempre duplamente contextualizada, já que o texto ocupa um lugar em duas culturas” (Bassnet & Lefevere, 1990, p. 11). Muito além desse esquema binário, no início dos anos 2000, em uma série de trabalhos muito estimulantes, Costa insiste na necessidade de atender às novas identidades surgidas do neoliberalismo. A magnitude dos deslocamentos das pessoas, dos textos e das teorias nos obriga a considerar, explica a autora, “a reconfiguração dos conhecimentos e o novo traçado contemporâneo de todos os tipos de fronteiras (geográficas, econômicas, culturais, libidinais)” (Costa, 2002, p. 189), através das quais viajam as teorias feministas e seus conceitos fundamentais. Além da ideia de *teorias viajantes* (Said, 2004), com a noção de *tráfico de teorias*, Costa sinaliza que:

Ideias e conceitos – que nunca são totalmente “puros” ou “nativos” – fluem em lugares que estão já imbricados com outros lugares e saturados por outras ideias, conceitos e sujeitos de enunciação, portanto é necessário abrir rotas que se relacionem estreitamente a uma lógica rizomática: não existe um ponto de origem claro nem um destino inequívoco. (Costa, 2002, p. 191)

Aponta, em contrapartida, que o crescente caráter transnacional das comunidades acadêmicas implica itinerários de migração das teorias e de suas categorias muito mais complexas (Costa, 2000). É sua própria experiência de mobilidade entre espaços geográficos, acadêmicos e epistêmicos do Sul ao Norte (e retorno ao Sul) do continente americano o que a leva a um “sentido de deslocamento/desorientação” e a entender que “os sujeitos [...] estão

necessariamente situados e marcados por seus múltiplos lugares de gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual, geração, instituição, geografia, entre outras” (Costa, 2000, p. 734).

A noção de *tráfico de teorias* permite, ademais, focar nas condições materiais, nas barreiras e nos obstáculos que condicionam a viagem das teorias. Cruzar as fronteiras e os contextos linguísticos tem um “custo”, porque os textos (e suas traduções) não viajam “sem visto” (Costa, 2006, p. 67) através das diferentes rotas que organizam sua tradução, sua publicação e sua difusão. Portanto, apela-se ao exame de um conjunto de fatores e elementos (discursivos, institucionais, culturais, históricos, políticos, etc.) que entram em jogo para formar um *dispositivo*, em que o que se diz (ou se traduz) é tão significativo como o que não se diz (ou não se traduz). A ideia de *tráfico de teorias* convida igualmente a repensarmos os formatos textuais por meio dos quais construímos diálogos de saber frente à deslegitimação epistêmica que sofrem certos gêneros textuais dentro do cânone acadêmico dominante, que sanciona o que não cumpre com os critérios do *paper* como “novo modelo tecno-operativo do conhecimento universitário” (Richard, 2005, p. 669).

6

Coincido com Claudia de Lima Costa e Sonia Álvarez (2013) no fato de que esse dispositivo é constituído *por* e constitutivo *do* contexto de recepção e tem uma influência significativa sobre que teorias, autoras e textos são traduzidos e (re)significados no marco de agendas intelectuais locais. Entendo que a noção do contexto não pode ser tomada aqui como um plano de fundo inerte sobre o qual o discurso/a tradução viria a se aderir. Trata-se, ao contrário, de colocar em cena, nas análises, a constelação de propriedades da situação sócio-histórica da enunciação que são relevantes para entender a relação dialógica entre o texto/a tradução e seu lugar de produção em uma conjuntura de debates e circulação discursiva em que o texto traduzido seja o resultado de fatores e acontecimentos socio discursivos que provocam sua existência e, por sua vez, estimulam novos debates.

Longe da relação transparente e especular entre original e tradução, é produtivo, então, pensar a tradução como *difração*, uma metáfora óptica que, seguindo Donna Haraway, permite um novo olhar crítico ao mundo que transforme os dispositivos materiais-semióticos e gere algo além da sua visão sagrada. É a difícil tarefa intelectual, cultural e política que as novas geometrias do conhecimento requerem: contar com outros mundos, não outros mundos possíveis, mas outros mundos existentes que a visão hegemônica não incorpora, outros mundos povoados por essas outras *inapropriadas/inapropriáveis* (Minh-Ha, 1987) porque não falam a língua que convém e não se ajustam ao que se espera delas.

A difração não produz um deslocamento “do mesmo”, como o fazem a reflexão e a refração. Ela produz um mapa da interferência, não da réplica, do reflexo ou da reprodução. Um modelo difratário não projeta um mapa de diferenças, mas aponta onde aparecem os efeitos da diferença. [...] uma tecnologia reprodutiva que pode gerar algo mais que a visão sagrada do mesmo, algo impróprio, algo inadequado, e por aí, talvez, algo inapropriável (Haraway, 1992, p. 300).

Tradução e representação: voltas com o sujeito do feminismo

Muito se escreveu, a partir de uma perspectiva feminista, sobre o papel desestabilizador da tradução sobre as categorias do feminismo, já que sua reinserção discursiva no contexto receptor mostra sua contingência como construções relativas a universos de inteligibilidade que são locais e históricos⁵. Como pensamento crítico, o feminismo deve estar atento ao processo de reelaboração da diferença que está em jogo em toda tradução, porque aí se dissimulam as estratégias de construção do sujeito político do feminismo, sua apropriação e sua ocultação. Nas palavras de Costa, a tradução se converteu em “uma perspectiva privilegiada para a análise da representação, do poder e das assimetrias entre linguagens na formação de imaginários sociais” (Costa, 2013/2016, p. 78/265).

Nesse sentido, são relevantes as reflexões acerca de categorias como *mestiça* ou *mulheres de cor*, que permitem romper a ideia homogeneizante e etnocêntrica de *mulheres*. No diálogo mantido entre feminismos do sul do continente e feminismos das margens do norte, foi inspiradora a contribuição do conceito de *identidade mestiça* que a chicana Gloria Anzaldúa (1987) criou para dar vida a um sujeito híbrido, no processo constante de negociação de sua identidade em fronteiras geográficas, linguísticas, culturais, raciais e sexuais, desafiando, assim, a ideia de identidades blindadas, monolíticas, puras e essenciais. A teórica afro-dominicana Ochy Curiel (2007b/2019) recalca, porém, que essa proposta de mestiçagem produz ecos muito diferentes quando é transportada ao contexto do sul, onde ser mestiça responde à ideologia de um racismo estrutural na construção histórica dos estados-nação das repúblicas latino-americanas.

Superando o tradicional foco dos Estudos da Tradução ocidental sobre o original, seu/sua autor/a e seu contexto de produção, o texto traduzido brota como um espaço difratário de relações, aberto a interações com distintas camadas de significados que se nutrem de sua reinserção em uma história silenciada, que, porém, determina as possibilidades de sua interpretação. Nesse sentido, e contrapondo as normas herdadas das práticas tradutórias

dominantes, o fato consiste, sem dúvida, em imaginar estratégias paratextuais de tradução (prólogos, notas, etc.) que deem conta da densidade do trabalho de reelaboração discursiva, visibilizando as densas camadas de conexões intertextuais e hipertextuais da tradução, ao ser contextualizada em um novo tempo e espaço, é capaz de entrar em conversação com as vozes que ressoam e que confrontam, resistem e alteram suas formulações e categorias. Essa difração pode tornar presentes, na trama textual, os vínculos com o novo subtexto social e adquire então a capacidade de produzir discurso e saberes conectados, em que não só se faz presente a história esquecida, como se reconhece a capacidade de agência de quem traduz e do texto em um gesto de intervenção discursiva. Distante da fusão simbiótica e descontextualizada entre texto original e tradução, a distância e os desvios entre ambos sinalizam as possibilidades de transformação, visibilizando a dimensão política da tradução em sua capacidade de trazer ao plano textual aquelas *outras inapropriadas/inapropriáveis*, “mulheres que tratam de escrever no interstício: esse lugar proscrito que permanece inaudito, opaco, incompreensível para o ouvido dominante” (Minh-Ha, 1987, p. 7).

8

A partir dessa perspectiva, a tradução se revela como um “elemento perturbador” na incorporação das metanarrativas e dos conceitos que saturam os discursos ocidentais. Categorias de análise como *gênero, experiência, diferença, mulher e mulheres* podem mostrar sua reelaboração, transformação ou apropriação conceitual em espaços “irremediavelmente pontuados e fraturados por diferenças e múltiplas tensões, por circuitos e fronteiras que excedem formulações binárias das relações de poder” (Costa, 2000, p. 728). A tradução se entende, desse modo, como um espaço sociodiscursivo em que se negociam significados, questionando, desse modo, a naturalização da *outra* como categoria taxonômica sujeita à visão colonialista da modernidade. Um modo de traduzir que atua quando se escreve, trazendo ao primeiro plano sua retórica e fissurando os efeitos históricos de práticas discursivas nas quais *a outra* não é senão constitutiva das *mesmas*. Por isso, é necessária a responsabilidade de quem traduz, pois, como defende Costa, “[é preciso] que a crítica feminista seja constantemente reflexiva sobre seu particular lugar de enunciação” (Costa, 2002, p. 213). A tradução, ao *situar-se*, contribui para o fracasso das categorias essencialistas da identidade. Sinaliza, nesse sentido, as tramas de poder e a dimensão política que as constituem e que, ao mesmo tempo, lhe são constitutivas e cujas temporalidades difratadas interagem no presente.

Nesse contrabando discursivo, pode haver tanto perdas como benefícios, pela possibilidade dos textos de ativarem interpretações diferentes do subtexto social em que emerge a tradução (Costa, 2006). Sua produção em espaços concretos é resultado de forças

sociais diversas e, frequentemente, contraditórias que se interseccionam, limitando ou despolitizando seus significados, ou, pelo contrário, interpelando-os e os abrindo a ressignificações como prática feminista política (Thayer, 2014). É como entendo a chamada de Costa e Álvarez para articular conexões parciais entre mundos heterogêneos: “na política da tradução, a preocupação deve ser não apenas com as viagens e as apropriações dos conceitos/discursos, mas com a medida em que se quer abrir o signo traduzido e a quem deve estar aberto” (Álvarez & Costa, 2017, p. 124)⁶. Essa é aposta delas no projeto de tradução feminista translocal (Álvarez et al., 2014) para um diálogo entre Latinas do Norte e do Sul do continente americano: uma corrente de ida e volta, mais além da ideia de nação, entre múltiplas fronteiras, lugares e localizações historicamente situadas e culturalmente específicas (embora cada vez mais porosas) uma translação com capacidade de capturar esses cruzamentos e movimentos multidirecionais.⁷

Tráfico de teorias e genealogias feministas

O esclarecimento, constantemente reatualizado pelos grandes circuitos da tradução que potencializam a viagem dos textos canônicos do feminismo ocidental, é parte integrante do dispositivo que projeta um mapa de conhecimento onde o Norte aparece como produtor da teoria e o Sul como provedor de casos de estudo nos quais se aplicam as categorias de análise elaboradas pelos discursos dominantes. No entanto, o mapa não é o território, e essa manobra totalizadora exclui ou marginaliza aqueles outros saberes que, por efeito das políticas de tradução, não entram no diálogo. Como afirma Richard:

A oposição entre experiência (a realidade latino-americana) e discurso (o dispositivo teórico do centro) reforça a codificação de uma “outridade” do feminino e do latino-americano perigosamente associada aos mitos, aos sentimentos e às ideologias do natural como consciência espontânea e como narração primária de um território e um corpo de origem. (Richard, 2008, p. 30)

Como contraexemplo paradigmático dos efeitos das políticas colonialistas de tradução, Costa sinaliza que “antes de Beauvoir, muitas feministas negras (algumas ex-escravizadas) já haviam desconstruído em seus escritos e conferências a categoria “mulher” (Costa, 2000, p.196). Desse modo,

considerar o surgimento dos discursos sobre a diferença como o resultado da intervenção da teoria feminista [do norte] no texto social [do sul] implica ignorar o nível em que, de fato, se encontravam os movimentos de mulheres e de feministas [latino-americanas], a catálise de um novo modo de pensar sobre as mulheres e sobre as relações de gênero, e não vice-versa. (Costa, 2000, p. 202)

Uma política difratada da tradução pode fazer seu o esforço de desfazer um dos efeitos mais perversos da alienação cultural própria da lógica colonial que já sinalizou Franz Fanon (2002/2022), o de distorcer, desfigurar e sobretudo aniquilar o passado e a história dos povos colonizados. Tal política deve se empenhar a alcançar e difundir, mediante o tráfico de teoria, aqueles textos e autoras que conformam uma contra-memória e aos que os circuitos dominantes não dão acesso nem voz, para produzir uma nova cartografia de genealogias feministas. Como afirma Curiel (2007b, p. 95/2019, p. 95/235), “descolonizar implica registrar produções teóricas e práticas subalternizadas, racializadas, sexualizadas [e] reconhecer as tantas mulheres cujas lutas serviram para construir teorias”⁸ é um passo central na reconstituição de uma continuidade histórica sabotada pelas práticas de obliteração coloniais. Permite afirmar que o feminismo latino-americano, com suas particularidades, não nasceu ontem nem é importado da teorização ocidental. Essa restituição de pensadoras próprias é parte do projeto decolonial: uma recuperação e reabilitação de outras fontes de pensamento ocultadas pelas práticas de conhecimento do ocidente. A legitimação de saberes subalternizados é condição da proposta de *desengajamento epistemológico*⁹ de Curiel, uma proposta decolonial para desprender-se da “colonialidade do poder, do saber e do ser, justificativa da retórica da modernidade, do progresso e da gestão democrática “imperial”. (2014/2020, 56-58/56-57).

Reivindicar não só a legitimidade, mas também a autoridade epistêmica das produções latino-americanas permite descrever, em termos de resistência, de agência ou de *tecnologias opositivas* (Sandoval, 2004, p. x), as diferentes posições de sujeitos dentro de esquemas diversos de relações de poder. Por isso, tal e como propõe Curiel, problematizar as condições de produção de conhecimento é uma estratégia central do desengajamento. *Genealogia* responde aqui, portanto, a um tipo de olhar crítico que, ao examinar a partir de uma posição situada os processos de construção do conhecimento, revela o que a consagração dos discursos dominantes como universais ocultaram: seu caráter contingente e político.

Fora de potentes circuitos comerciais, editoriais e profissionais de difusão, fora também das tradições universitárias e de suas publicações, a tradução é colocada aqui como prática

militante e informada, e como compromisso epistemológico de resistência à assimetria dos diálogos Norte/Sul¹⁰. Logo, como argumenta Millie Thayer (2014, p. 422), “o processo de construir alianças transnacionais contra os mercados neoliberais e a favor da justiça de gênero e social requererá novos tipos de tradução estratégica entre movimentos”.

As reflexões das feministas latino-americanas mostram, sem dúvida, caminhos para imaginar políticas feministas da tradução responsáveis, com capacidade de dar conta de seu próprio lugar de enunciação e de desenvolver uma consciência crítica criativa que se emancipe do mapa-múndi herdado da era colonial e consolidado pelas políticas de conhecimento do século XX e o perturbe ao reconhecer a capacidade de teorizar de todos os feminismos, ao integrar a pluralidade de suas vozes na construção de saberes conectados para um projeto verdadeiramente coletivo e articulado de novas alianças transnacionais.

REFERÊNCIAS

Como o texto fala de tráfico de teorias e de viagens de textos, na posição de tradutora que traz o artigo para o português, decidi colocar, em itálico e depois da versão consultada pela autora, as referências disponíveis em português brasileiro para que os leitores daqui possam acessá-las. O primeiro nome dos autores é apresentado de forma completa de forma a identificar o gênero da autoria:

Ahmed, Sara. (1996). Moving Spaces. Black Feminism and Post-Colonial Theory. *Theory, Culture and Society*. 13(1), 139-146.

Álvarez, Sonia E., Claudia de Lima Costa, Verónica Feliu, Rebecca Hester, Norma Klahn, Millie Thayer (Eds.) (2014), *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Americas*. Duke University Press.

Anzaldúa, Gloria (1987). *Borderlands/La frontera: The New Mestiza*. Aunt Lute Books.

Bassnett, Susan & Lefevere, André. (1990) Proust’s Grandmother and the Thousand and One Night: The “Cultural Turn”. In Bassnett, Susan, Lefevere, André (Orgs.). *Translation Studies*. Translation, History and Culture (pp. 1-13) Pinter.

Castillo, Alejandra (2016). Feminismos de la (des)identificación poscolonial latinoamericana. In Bidaseca, Karina A (Ed). *Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente*. (pp. 113-124). CLACSO.

Costa, Claudia de Lima (2000). Being Here and Writing There: Gender and the Politics of Translation in a Brazilian Landscape. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. 25 (3), 727-760.

-
- Costa, Claudia de Lima (2002). Repensando el género: Tráfico de teorías en las Américas [Trad. de Patricia Saconi]. In Femenías, María Luisa (Org). *Perfiles del feminismo Iberoamericano*, vol. I. (pp. 189-214). Catálogos.
- Costa, Claudia de Lima. (2006). Lost (and Found?) in Translation: Feminisms in Hemispheric Dialogue”. *Latino Studies*. 4, 62-78. <https://doi.org/10.1057/palgrave.lst.8600185>
- Costa, Claudia de Lima (2013). Equivocation, Translation, and Performative Interseccionalidad: Notes on Decolonial Feminist Practices and Ethics in Latin America. *Revista Anglo Saxonica*. 3 (6), 75-100.
- Costa, Claudia de Lima (2016). *Equívocação, tradução e interseccionalidade performativa: notas sobre ética e práticas feministas decoloniais*. In Bidaseca, Karina, De Oto, Alejandro, Obarrio, Juan, Sierra, Marta (Orgs.). *Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: escrituras fronterizas desde el sur* (pp. 262-292). Ediciones Godot.
- Costa, Claudia de Lima, Álvarez, Sonia (2013). A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Estudos Feministas*. 21 (2), 579-586.
- Curiel, Ochy (2007a). Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista. Desuniversalizando el sujeto “Mujeres” In Femenías, María Luisa (Org.). *Perfiles del Feminismo Iberoamericano*, vol. III. (pp. 163-190). Catálogos.
- Curiel, Ochy (2007b). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, 26, 92-101.
- Curiel, Ochy (2019). *Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista*. Trad. Lídia Maria de Abreu Generoso. *Revista de Teoria da História*. 22 (02), 231-245.
- Curiel, Ochy (2014). Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In Irantzu Mendia Azkue, Marta, Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion y Jokin Azpiazu Carballo (edas.). *Otras formas de (re) conocer: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista* (pp. 45-60). Universidad del País Vasco.
- Curiel, Ochy (2020). *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*. Trad. Pê Moreira. In : *Hollanda, Heloisa B. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (E-book). Bazar do Tempo.
- Curiel, Ochy, Masson, Sabine, Falquet, Jules (2005). Féminismes dissidents en Amérique latine et aux Caraïbes. *Nouvelles Questions Féministes*. 24(2), 4-13. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-nouvelles-questions-feministes-2005-2.htm>, Acesso em 27 fev. 2017.
- Espinoza Miñoso, Yuderkys (2009). Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*. 14(33), 37-54.

-
- Fanon, Franz (2002). *Les damnés de la terre*. La Découverte & Syros.
- Fanon, Franz (2022). *Os condenados da terra*. Trad. Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Companhia das Letras.
- Haraway, Donna (1992). The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others. In Grossberg, Lawrence, Nelson, Cary, Treichler, Paula A. (Orgs.). *Cultural Studies*. (pp. 295-337). Routledge.
- Lugones, María (2011). Hacia un feminismo decolonial [Trad. de Gabriela Castellanos]. *La manzana de la discordia*. 6 (2), 105-119.
- Lugones, María (2014). *Rumo a um feminismo decolonial*. Trad. Juliana Watson e Tatiana Nascimento. *Estudos Feministas*. 22 (3), 935-952.
- Millán, Mária (2016). The traveling of ‘gender’ and its accompanying baggage: Thoughts on the translation of feminism(s), the globalization of discourses, and representational divides. *European Journal of Women’s Studies*. 23 (1), 6-27.
- Minh-ha, Trinh T (1987). Difference: A Special Third World Women Issue. In Trinh T Minh-Ha (Ed.) *Discourse (She, the Inappropriate/d Other)*, 8, 3-37.
- Nagar, Richa; Davis, Cathy; Butler, Judith; Keating, Analouise; Costa, Claudia de Lima; Álvarez, Sonia; Altinay, Ayşe (2017). Feminist Translation in Transition. A Cross-Disciplinary Roundtable on the Feminist Politics of Translation. In: Olga Castro y Emek, Ergun. *Feminist Translation Studies*. Local and Transnational Perspectives (pp. 109-135). Routledge.
- Niranjana, Tejaswini (1992). *Siting Translation. History, Post-Structuralism, and the Colonial Context*. University of California Press.
- Pereira, Maria do Mar (2014). The Importance of Being ‘Modern’ and Foreign: Feminist Scholarship and the Epistemic Status of Nations. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. 39 (3), 627-657.
- Richard, Nelly (2005). Saberes Académicos y Reflexión Crítica en América Latina. In Daniel Mato (Org.). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder* (pp. 665-682). CLACSO.
- Richard, Nelly (2008). *Feminismo, género y diferencia(s)*. Palinodia.
- Said, Edward (2004). Teoría Ambulante. In *El mundo, el texto y el crítico* [Trad. de Ricardo García Pérez] (pp. 303-330). Random House Mondadori.
- Sánchez, Lola (2017). Translation and the Circuits of Globalization: In Search of More Fruitful Feminist Dialogues in Contemporary Spain. In Castro, Castro, Ergun, Emek (Orgs.). *Feminist Translation Studies* (pp. 56-69). Routledge.
- Sandoval, Chela. Nuevas ciencias. Feminismo cyborg y metodología de los oprimidos. In *Otras inapropiadas. Feminismos desde las fronteras* [Trad. de Rocío Macho Ronco, Hugo

Romero Fernández, Álvaro Salcedo Rufo, María Serrano Giménez]. Madrid: Traficantes de sueños, 2004, p. 81-106.

Spivak, Gayatri (1992). The Politics of Translation. In Michèle Barrett & Rose Phillips (Eds.) *Destabilising Theory. Contemporary Feminist Debates* (pp. 177-200). Polity Press.

Spivak, Gayatri (2009). Les subalternes peuvent-elles parler? [Trad. de Jérôme Vidal]. Editions Amsterdam.

Spivak, Gayatri (2010). *Pode o subalterno falar? Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Editora da UFMG.*

Suárez Navaz, Liliana, Aída Hernández, Rosalva. Introducción (2008). In Suarez Navaz, Liliana, Aída Hernández, Rosalva (Orgs.), *Descolonizando el feminismo. Teorías y prácticas desde los márgenes* (pp. 11-28). Cátedra.

Thayer, Millie (2014). Translations and refusals/resignifying meanings as feminist political practice. In Sonia E. Álvarez, Claudia de Lima Costa, Verónica Feliu, Rebecca Hester, Norma Klahn y Millie Thayer (Orgs.). *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Americas* (pp. 401-422). Duke University Press.

Vargas, Virginia (2005). Itinerarios de los otros saberes. In Mato, Daniel (Org.). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder* (pp. 683-703). CLACSO.

Wolf, Michaela (2012). The sociology of translation and its “activist turn”. In *Translation and Interpreting Studies*, 7 (2), 129-143.

Wolf, Michaela (2021). A sociologia da tradução e sua “virada ativista”. Trad. Talita Serpa. *Belas Infiéis*. 10 (4), 01-20.

14

¹ Este artigo foi primeiramente publicado, em espanhol, na edição 13, do *Printemps* de 2018, da revista *Iberic@l - Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*, do Institut d'Etudes Hispaniques, da Sorbonne Université, que, a partir de um caráter interdisciplinar, publica pesquisas do mundo ibérico e iberoamericano. A publicação no português brasileiro desse artigo foi possível mediante autorização de tradução e reprodução concedida pelo periódico *Iberic@l* e pela autora, as quais agradeço imensamente. (Nota da Tradutora).

Referência completa do artigo em espanhol:

Sánchez, Lola (2018). Difracciones de género y traducción: hacia otra cartografía de saberes situados. *Iberic@l, Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*. 13 (Printemps), 37-50.

² Considero importante incorporar novas estratégias discursivas que retenham convenções de escrita acadêmicas carregadas de aparatos que alimentam o dispositivo geopolítico de saber/poder. A minha é, aqui, uma tentativa imperfeita de sugerir algo de densidade na posição do sujeito. Isso não é, contudo, tarefa fácil: a trajetória vital das autoras citadas excede toda a tentativa de expressar com categorias estáveis ou com fórmulas binárias e hierarquizantes (centro/periferia, academia/movimentos sociais, etc.) o lugar do sujeito da enunciação. (Nota da Autora).

³ Com o objetivo de pensarmos a viagem dos textos durante a leitura, apresentaremos se houver uma versão em português brasileiro do texto. As datas colocadas após a barra referem-se às versões traduzidas para o português brasileiro dos textos referenciados pela autora do artigo. É possível conferir as referências em português, com a identificação dos tradutores, na lista final das referências (Nota da Tradutora).

⁴ Expressão usada por Spivak para se referir ao soterramento imperialista dos conhecimentos não-ocidentais, responsável pela constituição do sujeito colonial como *a outra*, ameaçada ao silêncio. (Spivak, 1988 [2009]). (Nota da Autora).

⁵ Para reflexões de autoras latino-americanas sobre a tradução do próprio conceito de “gênero”, ver Costa (2002), Millán (2016). (Nota da Autora).

⁶ Intervenção de Costa e Álvarez na mesa redonda Nagar, Richa et al. “Feminist Translation in Transition. A Cross-Disciplinary Roundtable on the Feminist Politics of Translation”, in *Feminist Translation Studies. Local and Transnational Perspectives*, Olga Castro y Emek Ergun (edas.), Londres, Routledge, 2017, pág. 124. (Nota da autora). Esta nota e a próxima, apesar de trazerem a referência utilizada, foram traduzidas e aqui colocadas para aclarar o tipo da citação. (Nota da Tradutora).

⁷ Intervenção de Costa e Álvarez na mesa redonda NAGAR, Richa et al. “Feminist Translation in Transition...”, op. cit., págs. 130-131. (Nota da autora).

⁸ Tradução de Lídia Maria de Abreu Generoso para a revista *Teoria da História* (2019). (Nota da Tradutora).

⁹ Uso a tradução do conceito feita por Pê Moreira na tradução do artigo “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial”, cuja versão em português foi publicada no livro *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda, e editado pela Bazar do Tempo em 2020. O trecho citado do texto no final do parágrafo também é da versão traduzida de Pê Moreira. (Nota da Tradutora).

¹⁰ Este é o sentido das traduções ao francês que investigadoras como Jules Falquet ou Sabine Masson desenvolveram em colaboração com autora latino-americanas cujos textos ainda são pouco ou nada difundidos na Europa. Ver Curiel, Masson e Falquet (2005). (Nota da Autora).